

LÍNGUA ORAL, LÍNGUA ESCRITA: UMA QUESTÃO DE VALORES SOCIAIS*

Maria Izabel S. MAGALHÃES (Universidade de Brasília)

ABSTRACT: The aim of this paper is to investigate the social values attributed to the oral and written language in the light of interpretative data on conversational markers from two different communities. A significant point in the analysis is the negative evaluation of conversational markers based on conceptions of writing. The analysis gains insight by considering the question of literacy. It is suggested that the problem is not in the speaker but in the mode of language. Language use embodies social structure and power relations among users. The paper ends by calling attention to the danger of the negative evaluation of conversational markers in teaching and suggesting the development of oral abilities in the students to facilitate the passage from the oral to the written language.

1. Introdução

Já no século XIX, os lingüistas britânicos demonstravam interesse pelo estudo da língua oral, como o atestam os estudos de fonética que culminaram com o trabalho de Henry Sweet, o fundador da fonética científica (Gimson, 1970: 66). Na Alemanha, Grimm registrava a fala da população rural analfabeta. Os lingüistas do século XX defendem a idéia de que a língua oral tem primazia sobre a escrita, apresentando argumentos, entre os quais citamos alguns: a) historicamente, a língua oral precede a escrita; b) em sociedades individuais, a língua oral se registra antes da escrita; c) a criança desenvolve a fala e só depois é que aprende a escrever; d) mesmo os indivíduos mais cultos, como escritores e intelectuais, falam mais do que lêem ou escrevem (Stubbs, 1980: 25-8).

No Brasil, Silva Neto, demonstrando um grande interesse pela língua oral, sugeria em 1950: "Acerquemo-nos, porém, da nossa fala viva e corrente, procurando interpretá-la". (p. 24)

Entretanto, dados os problemas práticos para a investigação científica da fala, uma vez que os gravadores portáteis só se tornaram de domínio público nos anos 40, é recente o estudo sistemático da língua oral. Em parte devido a este fato, e considerando também a tradição filológica de

investigação da língua escrita. Mais provavelmente, porém, encontramos-nos diante de uma questão de valores sociais. Muitos falantes, senão a maioria, consideram a língua falada cheia de defeitos, agramatical e mesmo deficiente (Kress, 1979: 46).

O objetivo deste trabalho é examinar os valores sociais atribuídos à língua oral e à escrita. Com relação à língua oral, apresento resultados de uma pesquisa, conduzida em Fortaleza e Brasília, sobre a interpretação de marcadores conversacionais. Defino marcadores conversacionais como formas recorrentes na conversa, elementos linguísticos, paralinguísticos e cinésicos, que servem para estruturar o discurso oral e para sinalizar processos e estratégias interativas. Argumento que a sanção negativa a determinados marcadores conversacionais, como vir, aí e né, faz parte do desprestígio de variedades do português falado por grupos sem poder econômico, social ou político.

Os dados pertencem ao projeto "Dialeto Social Cearenses", desenvolvido na Universidade Federal do Ceará. O corpus para a análise consiste de respostas a um questionário e gravações de conversas naturais.

Na seção 1, comento trabalhos sociolinguísticos que abordam os dialetos sociais. Na seção 2, apresento as características da fala e da escrita. Em seguida, na seção 3, examino a literatura antropológica relacionada ao campo de estudo da oralidade e da escrita. A seção 4 é a análise interpretativa dos dados. Na conclusão, forneço sugestões para o ensino de português.

1. Variação social da fala

Nas duas últimas décadas, a pesquisa sociolinguística volta-se para a descrição da variação social da fala, enfatizando que os grupos sociais desenvolvem dialetos distintos. Labov (1966), nos Estados Unidos, em seu célebre estudo do inglês falado em Nova Iorque, estabelece as bases para esse tipo de investigação.

No Brasil, Naro e Lemle (1977), adotando a metodologia laboviana, investigam a regra de concordância verbal num grupo de falantes atendidos pelo programa de alfabetização de adultos do MOBRAF. Entre esses falantes, a regra de concordância verbal se aplica com maior frequência quando o sujeito ocorre imediatamente antes do verbo e com menor frequência quando o sujeito está posposto ao verbo. A posição de sujeito anteposto mas distante do verbo apresenta uma frequência intermediária (Lemle, 1978).

Posteriormente, a regra de concordância verbal, na 1ª e 3ª pessoa do plural, é investigada por Bortoni-Ricardo (1985). Além destas variáveis, Bortoni-Ricardo estuda a vocalização do fonema alveo-palatal lateral / λ / em posição intervocálica e a redução dos ditongos crescentes finais.

Focalizando a urbanização de falantes de dialetos rurais e empregando a metodologia de redes sociais, a autora mostra o comportamento lingüístico dos indivíduos como decorrente de suas relações sociais. As redes sociais, de um lado, pressionam no sentido da padronização e, de outro, no sentido de manter os dialetos não-padrão como símbolos de identidade grupal.

Tarallo (1985) estuda uma mudança em curso no português oral do Brasil: a substituição da oração relativa padrão pela não-padrão. A oração relativa padrão, exemplificada em (1), embora de uso obrigatório na língua escrita, "se encontra praticamente fora do campo de batalha", vencida pelas variantes não-padrão, que aparecem em (2) e (3) (ibid.: 74). Tarallo apresenta evidências diacrônicas, em quatro diferentes períodos históricos (1725, 1775, 1825, 1880), que apontam o processo de substituição da variante/padrão em (1) pela não-padrão cortadora em (3).

- (1) Este é o homem com quem eu falei ontem.
- (2) Este é o homem que eu falei com ele ontem.
- (3) Este é o homem que eu falei ontem.

Esta última variante é a preferida pela classe mais escolarizada, caracterizando-se a variante com pronomes-lembrados em (2) como estigmatizada. O dado importante a observar nessa mudança sintática em curso é a diferença entre os valores sociais atribuídos às duas variantes não-padrão. Estes valores estão em luta cujo resultado dependerá das forças atuantes na sociedade brasileira. As evidências de Tarallo (ibid.: 77) sugerem a vitória da variante (3), de uso da classe de maior poder social e político.

O Português Padrão (PP) é, assim, uma instância de um conjunto de dialetos geográficos e sociais falados no Brasil. Ocorre que se atribui a esse dialeto específico um status significativamente alto. O PP é a língua das pessoas que têm o privilégio de estudar numa instituição de ensino superior, possuem bens, detêm o poder econômico e político do país e residem nos bairros nobres das grandes metrópoles. Os brasileiros que se identificam com esse grupo reorientam seus hábitos lingüísticos, com base nos hábitos lingüísticos dos falantes de PP. A escola tem um papel importante no ensino desse dialeto de prestígio e em sua manutenção como tal.

Entretanto, surpreende-nos que as avaliações negativas dos dialetos não-padrão sejam aceitas e até interiorizadas pelos usuários desses dialetos. Observou-se acima a

estigmatização de uma estrutura lingüística não-padrão. Trudgill (1974) sugere que as mulheres são mais submissas a esse tipo de avaliação social do que os homens. As mães se preocupam mais com o uso lingüístico dos filhos do que os pais. Num estudo realizado em Norwich, Trudgill nota que as formas de falar da classe operária são consideradas mais masculinas do que as da classe média. Em razão disso, os homens procuram orientar sua fala "para baixo" e não "para cima". Esse tipo de avaliação é nitidamente social. Entretanto, as avaliações feitas pelos falantes sobre sua própria fala e a dos outros se expressam em termos gramaticais (Kress, 1979: 47).

Como observa Kress, as avaliações são sobre a fala mas os padrões de avaliação derivam de concepções sobre a escrita. Ele aponta dois problemas com relação a esses padrões de avaliação: primeiro, a expressão de julgamentos de valor de natureza social em termos gramaticais; segundo, o julgamento de um modo de linguagem, a fala, em termos de um outro modo, a escrita (ibid.: 48). Tais julgamentos de valor, expressos de forma totalmente inadequada, revelam a valorização social da escrita.

2. Características da fala e da escrita

A fala tem duas características: instantaneidade e espontaneidade. Quando a primeira, a expressão "pensar alto" revela a relação íntima entre língua e pensamento: algumas formas de pensamento só existem através das palavras e estruturas da língua. Por outro lado, o processo de articulação da língua representa o processo de pensamento. A crítica que se faz aos "defeitos" da fala - frases incompletas, hesitações, pausas, repetições, falsos começos - tem uma explicação plausível. Estes aspectos mostram o desenvolvimento do processo de pensamento. Kress assinala:

"Longe de considerar tais questões como defeitos, podemos considerar que nos fornecem um tipo de sentido muito interessante e crítico. Sinais que indicam o "pensamento e processo" dificilmente são desprovidos de sentido. Eles nos capacitam a observar e compreender as escolhas que um falante pode ter realizado, aceitado, rejeitado, ou até modificado. Isso acrescenta riqueza à compreensão e interpretação da "mensagem", em que os ouvintes se apóiam e que usam em suas respostas e avaliações de falantes e mensagens". (Ibid.)

A segunda característica da fala, a espontaneidade, só ocorre em situações em que o falante se sente seguro. As hesitações, pausas e repetições fornecem ao interlocutor acesso direto aos processos de pensamento do falante, expondo-o consideravelmente. Segundo Kress, se a situação é ameaçadora, geralmente os falantes se calam (ibid.: 49). A conversa espontânea expressa, dessa forma, significados sobre a percepção do contexto social pelo falante.

Além disso, a fala expressa uma variedade de significados relacionados à mecânica das relações interpessoais, estabelecendo envolvimento com o interlocutor, criando rapport, buscando confirmação e apoio.

Ao contrário da fala, a escrita não é espontânea. Embora as hesitações, os falsos começos e as pausas também ocorram na escrita, o texto final não apresenta suas marcas. Num texto escrito formal, apagamos todas as marcas de revisão. As orações com problemas de qualquer natureza-gramaticais, semânticos ou estilísticos - são apagadas e deixadas para trás. De fato, poder-se-ia elaborar uma escala de formalidade investigando o processo de revisão de um texto. A escrita é permanente, o que nos permite retomar um texto escrito algum tempo atrás e reescrevê-lo, levando em conta novas informações adquiridas e uma percepção mais profunda do tema. O que caracteriza a escrita é o planejamento e a revisão.

O discurso da media ilustra bem as diferenças entre a fala e a escrita. Os noticiários do rádio, da televisão¹ e dos jornais, embora transmitindo a mesma notícia, apresentam-na de forma diferente conforme o meio. O noticiário do rádio expressa significados próprios do meio radiofônico que terão de ser "traduzidos" para o meio escrito do jornal. É, pois, importante considerar o efeito do meio sobre a forma de expressão do significado. Tome-se a ênfase, por exemplo. Na fala, podemos enfatizar uma palavra pela altura de voz, entonação, pelo seu alongamento, por uma pausa imediatamente antes de produzi-la, ou uma combinação desses elementos. Na escrita, a ênfase se realiza de modo diferente. Nesta, será de fundamental importância o ponto de ocorrência de uma palavra na estrutura linear. A primeira e última posições são pontos de proeminência. Há mecanismos sintáticos que permitem a escolha desses pontos, como a apassivação.

Como se observou acima com a ênfase, a fala oferece maior gama de mecanismos de expressão de significados do que a escrita. Os significados relacionados com as relações interpessoais se expressam basicamente pela fala. Geralmente, é nesta que ocorrem os significados atitudinais e as modalizações. Comparativamente, a escrita é um código mais limitado.

Entretanto, como assinala Stubbs (1980: 32):

"em uma sociedade letrada, a língua escrita tem vida própria, desenvolve-se em linhas parcialmente independentes, é utilizada para propósitos diferentes e é tida por muitas pessoas como superior, de várias maneiras".

É a língua escrita que tem prestígio social. Tal prestígio se mostra de forma contundente em nosso sistema educacional e na organização jurídica da sociedade. É a língua escrita, frequentemente a língua literária, que se ensina nas escolas. Não existe entre nós uma tradição de estudo da língua oral. Todo o ensino de português, no Brasil, se restringe ao português escrito. Por outro lado, são as formas escritas que têm peso no direito. Determinadas decisões devem ser tomadas por escrito e assinadas. Pode-se pronunciar um nome próprio de várias maneiras, mas sua grafia não pode ser alterada. Dessa forma, a escrita é pública e oficial, enquanto a fala não.

Quais são as razões para a avaliação da língua escrita como superior? Kress (op. cit.) apresenta duas: (a) o "efeito do sistema educacional", já citado acima; e (b) o "efeito reforçador do sistema social", segundo o qual, as pessoas com posições de poder falam uma língua que se aproxima da escrita. Kress qualifica esse processo como "invisível" (p.53) mas ele aparece em alguns casos, que exemplificamos: a exigência dos pais e professores de que as crianças aprendam um português "correto"; a influência do rádio e da televisão na difusão de determinadas pronúncias (cf. Rodrigues da Silva, 1990); a promoção de pessoas que falam de acordo com padrões de prestígio.

3. Oralidade vs. escrita

Nos dados coletados em Fortaleza, na Favela do Trilho, entrevistamos uma mulher analfabeta que demonstra grande fluência e domínio de determinadas habilidades orais que são operacionalizadas em parte pelo uso de marcadores conversacionais. Em (4), A, falando da moradia na favela, conclui um argumento:

(4) A: ...é o ambiente qu'eu moro né num posso possuí ôto ambiente eu aí acho bom aqui.

("Mulher da Favela")

O argumento tem as seguintes premissas:

- (5) A favela é um ambiente em que se mora; A só pode morar na favela; aí ela gosta desse ambiente.

O uso de aí, que corresponde a "portanto" ou "então" na língua escrita, evidencia a capacidade argumentativa de A.

Esse conhecimento prático da língua lembra o termo "bricolage", empregado pelo antropólogo francês Lévi-Strauss (1976), com referência ao conhecimento concreto de grupos ágrafos. O caso de A é diferente da situação investigada por Lévi-Strauss, uma vez que ela pertence a uma sociedade em grande parte letrada. Mas, guardadas as diferenças, podemos caracterizar o conhecimento que ela adquiriu em sua comunidade local como basicamente concreto, em oposição ao conhecimento abstrato. Nesta comunidade, ela interage com outros indivíduos analfabetos com os quais se identifica.

Por outro lado, o investigador inglês Jack Goody (1979; 1987) relaciona o domínio da escrita às formas de pensamento que propiciam o desenvolvimento cultural. Considere-se a teoria de Goody.

Em uma série de trabalhos, Goody procura mostrar a importância, as potencialidades e conseqüências da escrita. Em primeiro lugar, ele considera que, em virtude de suas qualidades inerentes, a escrita torna a relação entre a palavra e seu referente mais geral e abstrata, menos ligada aos fatores tempo e espaço do que a comunicação oral. Tal abstração conduziria à descontextualização do conhecimento, o que, segundo ele, é indispensável para o desenvolvimento do raciocínio lógico. Segundo Goody, é a escrita que permitirá separar as palavras e manipular sua ordem, conduzindo às formas abstratas de raciocínio. A escrita emprega um elemento puramente gráfico para indicar a relação entre os componentes do raciocínio silogístico.

Em segundo lugar, a escrita permite o estoque de informações para futuras realizações. Com base neste ponto, Goody afirma que a introdução da escrita tem conseqüências importantes nos domínios político, econômico e social, propiciando o desenvolvimento de culturas complexas, a elaboração burocrática, a emergência de instituições científicas e o crescimento de processos políticos democráticos.

Há dois problemas com a argumentação de Goody. Primeiro, ao supervalorizar o significado da escrita, ele subestima a comunicação oral. Ora, este tipo de comunicação tem qualidades que precisam ser analisadas. A propósito, como se observou acima, as relações interpessoais

são desenvolvidas principalmente através da comunicação oral. Goody polariza a diferença entre as modalidades de língua oral e escrita, deixando de considerar a modalidade "mista" na qual interagem o oral e o escrito, como nas cartas pessoais (Pereira da Silva, 1988).

O exemplo (4) evidencia o conhecimento de um tipo de raciocínio lógico por uma pessoa que não tem o domínio da escrita. Este raciocínio é operacionalizado pelo marcador conversacional ai e não por marcadores da escrita como portanto. Existem, assim, diferenças de forma no raciocínio expresso nas modalidades oral e escrita. Estas são, porém, diferenças entre as duas modalidades do português que nada têm a ver com a capacidade de raciocínio. De fato, o raciocínio de A é lógico e claro: ela mora na favela e não possui condições financeiras de morar em um outro local (melhor); portanto, ela tem de gostar da favela.

4. Interpretação da fala

Os dados interpretativos sobre a fala que analisarei focalizam o emprego de marcadores conversacionais. O instrumento da pesquisa foi um questionário aberto, respondido por 20 juizes, 10 cearenses que habitam Fortaleza e 10 procedentes de outros estados e residentes em Brasília. Os juizes, de ambos os sexos, têm curso superior completo e situam-se na faixa entre 20 e 50 anos de idade. Foram avaliados os marcadores né, viu, olha e ai. Excluiremos da análise o último, porque nos casos em que ele ocorre no texto para interpretação houve problemas com sua caracterização como marcador conversacional.

O texto para interpretação seguiu-se de perguntas² em que se pedia a razão para o uso dos marcadores. No texto, um grupo de mulheres de Fortaleza conversa com uma família de pescadores em Jericoacoara, praia a oeste de Fortaleza. O diálogo gira em torno de um navio fantasma (v. Anexo 1).

5. Resultados

A seguir, apresentarei os resultados da pesquisa (v. Tabelas 1-5).

1) Os marcadores conversacionais avaliados podem ter diversas funções as quais freqüentemente são simultâneas. Como exemplo, considere-se a resposta de um juiz de Brasília:

"As expressões viu e aí são muito usadas para retomar o que foi dito antes dando mais ênfase ao que se vai dizer, ou seja, chamando a atenção do ouvinte para a conversa. Também estabelecem uma relação de solidariedade entre os participantes". (G.M.)

2) né, viu e olha foram avaliados negativamente, como "cacoetes linguísticos", por juizes de Brasília. Nenhum juiz de Fortaleza fez este tipo de avaliação.

3) A função mais freqüente para viu e a forma variante hiu, na avaliação dos juizes, é de chamar a atenção do interlocutor (14,5%). Outras funções também freqüentes são: pedir confirmação, sondar a compreensão do interlocutor, indicar veracidade e dar ênfase.

4) A diferença mais significativa entre os dois grupos de juizes, com relação à explicação do emprego de viu, está na função indicar veracidade que não foi citada pelo grupo de Fortaleza, mas em Brasília teve resultado igual a chamar a atenção do interlocutor (12,7%), ou seja, a freqüência mais alta.

5) Né ocorre quatro vezes no texto para interpretação, enquanto viu ocorre duas e olhe uma única vez. Nessas ocorrências de né, foram-lhe atribuídas interpretações diferenciadas. Parece que tais interpretações se baseiam na diferença entre os enunciados em que né ocorre. A questão (2a) se refere à frase "Ele chega negoço de de sei de seis pá sete né?" Neste caso, trata-se de uma afirmação. O uso de né pode corresponder a uma pausa: revelando a dúvida do pescador quanto ao horário exato em que o navio chega, o que se registra anteriormente na repetição da preposição de, como também na resposta vaga, de seis pá sete. A questão (2d) se refere ao enunciado produzido por uma das mulheres presentes (R), "É desarrumado mermo né?", que aparentemente é um pedido de confirmação. As questões (2f) e (2g) se referem às duas ocorrências de né num trecho narrativo do texto: "Olhe, eu vô li dizê, eu já, já corri no rumo da risca de noite, d'madrugada, junto com ôtra canoa né? Mais qu'ela só corre pro lado debaxo da da navegação qu'a gente vai né?" Nos dois últimos casos, né tem um papel coesivo relacionando seqüências narrativas, embora outras interpretações sejam igualmente possíveis. Foi, assim, o critério de diferença linguística e pragmática entre os enunciados que determinou a organização de três grupos de ocorrências de né. Nas questões

(2a) e (2d) - respectivamente NĒ.1 e NĒ.3 - os juizes consideram que né serve para pedir aquiescência/confirmação/concordância, mas há interpretações diferenciadas (cf. item (6) Nas questões (2f) e (2g) - NĒ.2 - né serve para manter a atenção do interlocutor segundo os juizes.

6) Outras interpretações de né indicam que este marcador serve para: indicar veracidade, organizar o pensamento, sondar a compreensão do interlocutor (NE.1); preparar o ouvinte para a sequência seguinte, reafirmar o que se diz, delimitar porções apreensíveis do discurso, evidenciar construção negociada do tópico (NE.2); concordar, indicar cumplicidade, confirmar (NE.3).

7) Registram-se diferenças importantes entre os dois grupos com relação à interpretação de né: a função pedir aquiescência é citada 5 vezes em Fortaleza (20%), mas apenas 2 em Brasília (8%) (NĒ.1). Por outro lado, há 5 referências à função manter a atenção do interlocutor em Brasília (20,8%), enquanto que apenas 2 em Fortaleza (4,1%) (NE.2). A função pedir confirmação ocorre 6 vezes entre os juizes de Fortaleza (30%) e apenas 3 em Brasília (15%) (NĒ.3).

8) A função mais freqüente apontada pelos juizes para olha é chamar a atenção do interlocutor. Considerando que a diferença entre a avaliação dos dois grupos é insignificante, diremos que essa interpretação é mais generalizada que as demais.

9) Outras avaliações de olha são: indicar veracidade, iniciar um ato comunicativo e tomar a palavra. Estas duas últimas funções estão relacionadas aos aspectos organizacionais da conversação, ao sistema de tomada de turno, investigado pelos etnometodologistas (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974).

10) A diferença mais significativa entre os dois grupos na avaliação de olha relaciona-se à função indicar veracidade, referida 5 vezes em Brasília (18,5%) e nenhuma em Fortaleza.

AVALIAÇÃO DE MARCADORES CONVERSACIONAIS

TABELA 1: MARCADOR VII

FUNÇÃO	FORTALEZA		BRASÍLIA		TOTAL
	OCORRÊNCIAS	%	OCORRÊNCIAS	%	
Retomar o que foi dito antes	-	-	1	1,8	1
Sondar a compreensão do interlocutor	4	7,27	3	5,45	7
Pedir confirmação	2	1,1	4	7,27	6
Chamar a atenção do interlocutor	8	14,5	7	12,7	15
Enfatizar o que se está dizendo	2	1,1	4	7,27	6
Envolver o ouvinte na conversa	1	1,8	1	1,8	2
Indicar certeza	2	3,6	-	-	2
Indicar veracidade	-	-	7	12,7	7
Marcar o fim do ato da fala	-	-	1	1,8	1
Estabelecer relação de solidariedade	1	1,8	1	1,8	2
Procurar cumplicidade	-	-	1	1,8	1
Não tem significado - cacoele linguístico	-	-	2	3,6	2
Manter os canais de comunicação abertos para negociação	1	1,8	-	-	1
Mostrar a seriedade do acontecimento	-	-	1	1,8	1
Reforçar a fala	1	1,8	-	-	1
TOTAIS	22	34,77	33	65,23	55

Obs.: Nas Tabelas 1-5, calculou-se a porcentagem do total geral de cada marcador.

AVALIAÇÃO DE MARCADORES CONVERSACIONAIS
TABELA 2 - N.º 1

FUNÇÃO	FORTALEZA		BRASÍLIA		TOTAL
	OCORRÊNCIAS	%	OCORRÊNCIAS	%	
Enfatizar o que foi dito	-	-	1	4	1
Explicar	1	4	-	-	1
Indicar veracidade	2	8	1	4	3
Pedir aquiescência	5	20	2	8	7
Organizar o pensamento	2	8	1	4	3
Transmitir dúvida	-	-	1	4	1
Envolver o ouvinte na conversa	1	4	-	-	1
Sondar a compreensão do interlocutor	1	4	2	8	3
Não tem significado - cacete linguístico	-	-	1	4	1
Chamar a atenção do interlocutor	1	4	-	-	1
Procurar cumplicidade	-	-	1	4	1
Legitimar a verdade	-	-	1	4	1
Delimitar a estória em porções assimiláveis	-	-	1	4	1
TOTAIS	13	52	12	48	25

AVALIAÇÃO DE MARCADORES CONVERSACIONAIS

TABELA 3 - N.º 2

FUNÇÃO	FORTALEZA		BRASÍLIA		TOTAL
	OCORRÊNCIAS	%	OCORRÊNCIAS	%	
Indicar veracidade	1	4,1	-	-	1
Organizar o pensamento	2	8,3	1	4,1	3
Preparar o ouvinte para a seqüência seguinte	-	-	1	4,1	1
Reafirmar o que se diz	1	4,1	1	4,1	2
Sondar a compreensão do interlocutor	1	4,1	2	8,3	3
Delimitar porções apreensíveis do discurso	-	-	1	4,1	1
Estabelecer solidariedade	-	-	1	4,1	1
Não tem significado - cacete linguístico	-	-	2	8,3	2
Pedir confirmação	2	8,3	1	4,1	3
Evidenciar construção negociada do tópico	1	4,1	-	-	1
Manter a atenção do interlocutor	1	4,1	5	20,8	6
TOTAIS	9	37,1	15	62,9	24

AValiação DE MARCADORES CONVERSACIONAIS

TABELA 4 - N.º 3

FUNÇÃO	FORTALEZA		BRASÍLIA		TOTAL
	OCORRÊNCIAS	%	OCORRÊNCIAS	%	
Pedir confirmação	6	30	3	15	9
Concordar	1	5	1	5	2
Induzir o interlocutor a uma resposta afirmativa	-	-	1	5	1
Indicar cumplicidade	-	-	2	10	2
Cacoete lingüístico	-	-	1	5	1
Enfatizar negação	-	-	1	5	1
Envolver o ouvinte	1	5	-	-	1
Sondar a compreensão do ouvinte	1	5	-	-	1
Confirmar	-	-	2	10	2
TOTAIS	9	45	11	55	20

AValiação DE MARCADORES CONVERSACIONAIS

TABELA 5 - OLHA

FUNÇÃO	FORTALEZA		BRASÍLIA		TOTAL
	OCORRÊNCIAS	%	OCORRÊNCIAS	%	
Chamar a atenção do interlocutor	6	22,2	7	25,9	13
Enfatizar poder, força	1	3,7	-	-	1
Tomar a palavra	2	7,4	-	-	2
Exigir a participação do interlocutor	1	3,7	-	-	1
Estabelecer solidriedade	-	-	1	3,7	1
Indicar veracidade	-	-	5	18,5	5
Não tem significado - cacoete lingüístico	-	-	1	3,7	1
Iniciar um ato de fala	2	7,4	1	3,7	3
TOTAIS	12	44,4	15	55,6	27

Esses resultados são importantes, na medida em que evidenciam significados associados à oralidade. Já observamos neste trabalho que é através da fala que expressamos significados relacionados à mecânica das relações interpessoais, estabelecendo envolvimento e rapport com o interlocutor. Os marcadores conversacionais acrescentam dados interpretativos à mensagem, indispensáveis para as respostas do ouvinte e sua avaliação do falante. Como assinala Kress (op. cit.), ignorar esses elementos da fala representa uma "falha grotesca" na apreciação do que está realmente em jogo na comunicação entre os interagentes.

Na avaliação dos juizes, encontram-se 7 referências aos marcadores conversacionais como "cacoetes linguísticos". Tal interpretação é significativa e precisa ser analisada em suas implicações para o ensino de português. Schifffrin (1982: 45) assinala que os marcadores do discurso se situam entre os elementos linguísticos cujo uso em contextos específicos é avaliado socialmente, recebendo sanção negativa. A interpretação de "cacoete linguístico" é uma avaliação social que toma como referência a variedade padrão, associada às convenções da língua escrita.

Ressalte-se, além disso, que são juizes de Brasília que avaliam negativamente os marcadores conversacionais. Recente pesquisa de atitudes linguísticas evidencia a estigmatização de falantes nordestinos em Brasília (Melo, 1988). Nesse caso, trata-se de avaliação negativa de uma região pobre e sem prestígio.

Por outro lado, é importante examinar as diferenças significativas entre a avaliação do grupo de Fortaleza e a do grupo de Brasília, conforme a tabela 6:

TABELA 6: DIFERENÇAS INTERPRETATIVAS

	FORTALEZA	%	BRASÍLIA	%
VIU	-	-	Indica ve- racidade	12,7%
NÉ.1	Pede aquies- cência	20%	Pede aquies- cência	08%
NÉ.2	Mantém a atenção do in- terlocutor	4,1%	Mantém a atenção do in- terlocutor	20,8%
NÉ.3	Pede confir- mação	30%	Pede confir- mação	15%
OLHA	-	-	Indica ve- racidade	18,5%

Esses resultados indicam variações na interpretação dos marcadores conversacionais decorrentes de diferenças sócio-culturais entre os dois grupos. A interpretação de "cacoete linguístico" expressa, pois, uma interpretação variável e não um fato inerente à língua.

Entretanto, a avaliação negativa dos marcadores conversacionais é perigosa porque se baseia em valores elitistas e discriminatórios (Magalhães, 1988). O que está na raiz da questão é a discriminação dos falantes de dialetos não-padrão, socialmente estigmatizados. Uma forma linguística vale o que valem seus usuários na sociedade. O uso linguístico incorpora a estrutura social e as relações de poder entre os usuários da língua (Bourdieu, 1983).

A sanção negativa a expressões do português oral se deve à comparação com o PP. Empregar né, aí e hiu (esta última forma estigmatizada na área de Fortaleza, embora de uso freqüente na área rural do Ceará) significa falar uma língua não legitimada pelos grupos de poder no Brasil. O processo de legitimação do PP se iniciou com sua associação à tradição gramatical greco-latina (Gnerre, 1985).

Entretanto, ao utilizar né, o pescador procura envolver os ouvintes, prender sua atenção, sondar a compreensão e fazer uma pausa para organizar o pensamento e a seqüência seguinte:

"Olhe eu vô li dizê, eu já, já corri no rumo da risca de noite, d'madrugada, junto cum ôtra canoa né? Mais qu'ela só corre pro lado debaixo da/da navegação qu'a gente vai né? Mais qui num é canoa mermo de gente vivo não".

Portanto, né tem funções importantes no português oral que precisam ser consideradas pelo professor de português.

Conclusões

Neste trabalho, discuti os valores sociais atribuídos à língua oral e à escrita, focalizando elementos característicos da primeira, mais especificamente o significado social de marcadores conversacionais.

Para concluir, recomendo, com Gnerre (1985: 47), a necessidade de mediação entre oralidade e escrita no ensino de português:

"É justamente esta fase de mediação que precisa ser fortalecida de várias formas: temos que tentar devolver o gosto e a confiança na oralidade, o prestígio da arte verbal, a discussão sobre as hipóteses relativas ao que seria a escrita..."

É fundamental, então, desenvolver habilidades orais no aluno para facilitar a passagem da expressão oral para a escrita. O

espaço dado à oralidade, sem dúvida, contribuirá para produzir bons resultados na expressão escrita.

Não desconsidero o ensino da língua padrão. Entretanto, lembro que este sistema comunicativo está ao alcance de uma parcela reduzida da população brasileira. Segundo, alerta para o perigo de castração da expressão do aluno, ocasionada pelo verdadeiro exagero no ensino de gramática nas aulas de português. Para a grande maioria dos professores do Ensino de 1^o e 2^o Grau no Brasil, só existe a língua escrita. Quem sabe não será esta a razão para a trivialidade observada nas redações dos exames vestibulares?

(Recebido em 17/09/90)

NOTAS

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no II Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, UNICAMP, 1989.

¹ Raymond Williams (1980: 60) faz uma reflexão importante a respeito dos processos de edição comuns no rádio e na televisão, que abrangem a redução, a reorganização e a composição de novas seqüências de discurso: o que parece comunicação natural é, na verdade, um discurso produzido para o público, com determinados objetivos. Sobre o discurso do programa de rádio, cf. Rodrigues da Silva, 1990.

² O questionário incluiu as perguntas: (1) Em sua opinião, por que o pescador emprega as palavras viu e ai? (2) Por que o pescador usa essas palavras: 2a - né; 2b - viu; 2c - olhe; 2f - né; 2g - né? (3) Por que S emprega ai - 2c? (4) Por que R usa a palavra né - 2d? As ocorrências dos marcadores no texto foram numeradas de acordo com as perguntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORTONI-RICARDO, S.M. 1985. The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a Sociolinguistic Study in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. 1983. "A economia das trocas linguísticas". In R. Ortiz (org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, pp. 156-183 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n^o 39).
- FOWLER, R. et al. (eds.) 1979. Language and Control. London: Routledge and Kegan Paul.
- GIMSON, A.C. 1970. An Introduction to the Pronunciation of English. 2^a ed. London: Edward Arnold.
- GNERRE, M. 1985. Linguagem, Escrita e Poder. São Paulo:

Martins Fontes.

- GOODY, J. 1987. *The Interface between the Written and the Oral*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1979. *La Raison Graphique: la Domestication de la Pensée Sauvage*. Trad. J. Bazion e A. Bensa. Paris: Les Editions de Minuit (1977).
- KRESS, G. 1979. "The social values of speech and writing". In Fowler, R. et al. (eds.), op. cit., pp. 46-62.
- LABOV, W. 1982. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics (1966).
- LEMLE, M. 1978. "Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa". *Tempo Brasileiro*, 53/54: 60-94.
- LEVI-STRAUSS, C. 1976. *O Pensamento Selvagem*. Trad. M.C. da Costa e Souza e A. de O. Aguiar. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional (1966).
- MAGALHÃES, M.I.S. 1988. "A conversa tem suas próprias exigências: um estudo de marcadores conversacionais". *Anais do XI Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUC, pp. 207-222.
- MELO, D.C. 1988. *Atitudes Linguísticas e as Variedades Regionais de Fala no Brasil*. Brasília: UnB, dissertação de Mestrado inédita.
- NARO, A. e LEMLE, M. 1977. "Syntactic diffusion". *Ciência e Cultura*, 29(3): 259-268.
- PEREIRA DA SILVA, V.L.P. 1988. "Nas fronteiras da fala e da escrita: cartas pessoais de cariocas". *Anais do XI Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUC, pp. 20-33.
- SACKS, H., SCHEGLOFF, E.A. & JEFFERSON, G. 1974. "A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation". *Language*, 50(4): 693-735.
- SCHIFFRIN, D. 1982. *Discourse Markers: Semantic Resource for the Construction of Conversation*. Philadelphia: Universidade de Pennsylvania, tese de Doutorado.
- RODRIGUES DA SILVA, G. 1990. *A Interação Locutor-ouvinte -Entrevistado no Programa de Rádio*. Brasília: UnB, dissertação de Mestrado inédita.
- SILVA NETO, S. da. 1986. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Presença (1950).
- STUBBS, M. 1980. *Language and Literacy: The sociolinguistics of reading and writing*. London, Boston and Henley: Routledge and Kegan Paul.
- TARALLO, F. 1985. *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo; Ática (Série Princípios).
- TRUDGILL, P. 1974. *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penquin.
- WILLIAMS, R. 1980. *Problems in Materialism and Culture*. London: Verso.

ANEXO 1: TEXTO PARA INTERPRETAÇÃO

Um grupo de mulheres de Fortaleza conversa com uma família de pescadores em Jericoacara-CE. A conversa gira em torno de um navio fantasma que o pescador, chefe da família, afirma ter visto em Pedra Furada. Responda:

(1) Diz o pescador - Ali naquela pedra furada viu? Ali sempre aparece um navio de noite. A rente vê a luiz dele tudim ai bem im terrinha.

(2) Uma das mulheres quer saber se essa estória do navio é verdadeira e outra (S) lhe pergunta que hora chega o navio:
S - Qui horas mais ou menos ele chega?

(2a)P - Ele chega negoço de de sei de seis pá sete né? É, ele chega.

S - Ele sai?

P - Quand'a gente dá fé, vê a luiz dele lá.

(2b)Quand'a gente chega vê a luiz dele lá viu?

Uma terceira mulher pergunta-lhe se o que ele está contando é "estória de pescador".

V - Isso né estória de pescadô não heim?

(V e S riem)

(2c)S - Olha ai seu Z.B.

P - Ai

S - Ela tá perguntando s'isso né estória de pescadô.

(Todos riem)

P - É não.

S - Pescador quando tá sozinho no má começa vê coisa. (V ri)

P - (Ri) É não.

S - Será qui não?

P - É cum toda certeza mermo. Aí é uns pôco virô lá.

Interrompe-o a quarta mulher:

R - Mais é, é grande o navio?

P - (Interrompe R) É grande, o navio é grande.

A esposa do pescador diz alguma coisa que não se entende bem. Continua o pescador:

P - Num é naviinho pequeno não.

(2d)R - É desarrumado mermo né?

Novamente, a esposa do pescador fala mas não se entende o que quer dizer, pois ele toma a frente:

(2e) P - Olhe eu vô li dizê, eu já, já corri no rumo da risca de noite, d'madrugada, junto

(2f) com ôtra canoa né? Mais qu'ela só corre pro lado debaxo da/da navegação qu'a gente

(2g)vai né? Mais qui num é canoa mermo de gente vivo não.

("Jericoacoara": 92-7)